



Governo lança plano para ampliar serviços de rádio e televisão

Orçamento de 2024 cresce em áreas sociais, mostra levantamento

Página 3

CPMI do 8 de janeiro pede indiciamento de Jair Bolsonaro

Página 6

Human Rights Watch critica veto dos EUA ao texto do Brasil na ONU

A organização internacional não governamental de direitos humanos Human Rights Watch (HRW) divulgou uma nota criticando o veto do governo dos Estados Unidos contra a resolução negociada pelo Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). A proposta de resolução, votada na quarta-feira (18) teve 12 dos 15 votos, mas como recebeu o veto dos Estados Unidos – membro permanente do Conselho – não pode ser aprovada.

A Human Rights Watch classificou a postura dos Estados Unidos, ali representado pela embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Linda Thomas-Greenfield, como “cínica” no uso do seu poder de veto. Não fosse esse posicionamento, a resolução teria sido aprovada, uma vez que outros membros permanentes do conselho não votaram contra ao texto.

“Mais uma vez, os EUA usaram de forma cínica seu poder de veto para impedir que o Conselho de Segurança da ONU atue em relação a Israel e Palestina em um momento de violência sem precedentes”, disse a entidade, em nota.

A HRW também lembrou que o texto condenava os ataques do grupo islâmico Hamas contra civis em território israelense, algo que os Estados Unidos também defendiam. E foi a ausência desse trecho que fez o país rejeitar o texto da Rússia, dois dias antes.

“Ao fazerem isso, vetaram demandas que eles mesmos insistem, com frequência, em outros contextos, quais sejam: que todas as partes cumpram a lei humanitária internacional e garantam que a ajuda humanitária vital e os serviços essenciais cheguem às pessoas que mais precisam. Eles também vetaram a condenação do ataque de 7 de outubro, realizado pelo Hamas, assim como a exigência de libertação dos reféns”, diz a nota.

Por fim, a organização propõe que a Assembleia Geral da ONU tome medidas sobre o conflito. “Diante do impasse no Conselho, os países membros da ONU deveriam pedir à Assembleia Geral que tome medidas urgentes para proteger os civis e evitar atrocidades em grande escala”. (Agência Brasil)

150 brasileiros aguardam ser repatriados do Oriente Médio



Foto: Antônio Cruz/ABR

O Brasil retirou da região do conflito no Oriente Médio um total de 1.137 brasileiros por meio da Operação Voltando em São Paulo. A ocasião marca mais um ato da parceria entre a Vicar, empresa organizadora e promotora da principal categoria do automobilismo brasileiro, e a Play For a Cause. A etapa será o palco para a venda de quatro experiências exclusivas ao fã de automobilismo, com o propósito de aproximar ainda mais o público apaixonado pelo esporte a motor dos seus ídolos, e pelo caráter social. A renda com o valor arrecadado na ação será revertida ao Instituto Ingo Hoffmann, instituição sem fins lucrativos que há mais de 15 anos atua no tratamento e amparo a crianças em tratamento contra o câncer.

Todas as quatro experiências podem ser adquiridas por meio do site da Play For a Cause dedicado ao fim de semana no Velocitta, com investimento entre R\$ 900 e R\$ 3.500. O fã do esporte a motor pode adquirir, por exemplo, um dia (sexta-feira, 27 de outubro) inteiro ao lado da equi-

patiação: 120 em Israel e cerca de 30 na Faixa de Gaza.

Foram seis voos desde o dia 10 de outubro, sendo que o último, com 221 brasileiros, deixou a área de conflito e deve chegar ao país na madrugada desta quinta-feira (18).

“Com isso, nós encerramos

a primeira fase da maior operação de repatriação de brasileiros em zona de conflito, excluída, portanto, a pandemia, desde 2006”, relatou o ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira na quarta-feira (18), em Brasília, em entrevista à imprensa.

Página 3

Prefeitura terá financiamento de R\$ 2,5 bilhões do BNDES para substituição de parte da frota por ônibus elétricos

Em reunião na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio de Janeiro na quarta-feira (18), o prefeito Ricardo Nunes recebeu a sinalização do presidente da entidade, Aloisio Mercadante, da aprovação do financiamento de R\$ 2,5 bilhões para viabilizar a aquisição de 1.600 veículos elétricos.

As tratativas com o BNDES para a liberação do empréstimo ocorrem desde o início deste ano e a aprovação deverá ser oficializada nesta quinta (19). “Estamos no Rio de Janeiro, no BNDES, para dar continuidade ao nosso processo de troca dos nossos ônibus a diesel por ônibus elétricos.”

Página 2

Acordo busca aprimorar políticas sobre direitos humanos no BNDES

Página 6

Esporte

As experiências exclusivas para o fã da Stock Car no Velocitta

As vivências podem ser adquiridas no site da Play For a Cause. Renda das ações realizadas no fim de semana em Mogi Guaçu será revertida para o Instituto Ingo Hoffmann

A Stock Car Pro Series chega à décima etapa da temporada 2023 no fim de semana de 28 e 29 de outubro no Autódromo Velocitta, em Mogi Guaçu, no interior de São Paulo. A ocasião marca mais um ato da parceria entre a Vicar, empresa organizadora e promotora da principal categoria do automobilismo brasileiro, e a Play For a Cause. A etapa será o palco para a venda de quatro experiências exclusivas ao fã de automobilismo, com o propósito de aproximar ainda mais o público apaixonado pelo esporte a motor dos seus ídolos, e pelo caráter social. A renda com o valor arrecadado na ação será revertida ao Instituto Ingo Hoffmann, instituição sem fins lucrativos que há mais de 15 anos atua no tratamento e amparo a crianças em tratamento contra o câncer.

Todas as quatro experiências podem ser adquiridas por meio do site da Play For a Cause dedicado ao fim de semana no Velocitta, com investimento entre R\$ 900 e R\$ 3.500. O fã do esporte a motor pode adquirir, por exemplo, um dia (sexta-feira, 27 de outubro) inteiro ao lado da equi-

pe multicampeã Eurofarma RC, com direito a um almoço no motorhome com a presença dos tricampeões Daniel Serra e Ricardo Maurício. A experiência contempla a chance de acompanhar os treinos livres, classificação e as corridas diretamente dos boxes do time liderado pelo lendário Rosinei Campos, o ‘Meinha’.

O apaixonado pelo esporte a motor também tem a oportunidade de adquirir uma experiência a aproximadamente 250 km/h. As equipes A.Mattheis Vogel e Eurofarma RC colocarão dois fãs de carona no carro de volta rápida da Stock Car no Velocitta. A vivência dá direito de acompanhar os treinos, classificação e as corridas de dentro dos boxes, tour pelo autódromo para acompanhar os bastidores da categoria e estar presente durante a visita aos boxes, no domingo.

A KTF Sports também abrirá as suas portas para o fã da Stock Car com uma experiência exclusiva: tour pelo grid momentos antes da largada e a oportunidade de acompanhar as corridas, no domingo, dentro dos boxes.

Por fim, o fã amante da Stock Car poderá comprar, por R\$ 900, a experiência que o colocará no grid nos minutos que an-



A Stock Car acelera no Velocitta, em Mogi Guaçu, em 28 e 29 de outubro

tecederão a etapa no Velocitta. A ação contempla uma credencial para visitação aos boxes e um par de ingressos para o setor Mirante, válidos para sábado e domingo, onde o espectador poderá assistir aos treinos, classificação e as corridas ao lado de um acompanhante.

CEO e fundador da Play For a Cause, André Georges ressaltou a capacidade de colocar o fã dentro do universo da Stock Car com as experiências disponíveis para venda. “Em cada etapa, estamos aprimorando as experiências e oferecendo ainda mais conexão do fã com o esporte. A

ideia é que eles estejam literalmente dentro dos bastidores, acompanhando tudo, sabendo como as coisas acontecem e, claro, estando perto dos seus ídolos”.

Ação social — A aliança entre a Stock Car e a Play For a Cause existe desde a temporada 2021. Ao todo, mais de R\$ 100 mil já foram destinados ao Instituto Ingo Hoffmann. E, recentemente, quase R\$ 40 mil foram arrecadados e destinados ao Instituto Moinhos Social, que direcionou a quantia para amparo e ajuda às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, em setembro.

Com sede em Campinas, o Instituto Ingo Hoffmann atua em parceria com o Centro Infantil Boldrini e abriga crianças em tratamento intensivo contra o câncer e também seus familiares, oferecendo moradia, mais conforto e qualidade de vida durante o período de tratamento, além de suporte e acompanhamento individual e emocional.

Serviço

Ação: Venda de experiências na Stock Car Pro Series, etapa 10, Velocitta (SP)

Valores

Experiência 1: Almoço no motorhome da Eurofarma RC e assistir as corridas dos boxes, R\$ 3.500; **Experiência 2:** Volta rápida no carro da A.Mattheis Vogel ou Eurofarma RC e assistir as corridas dos boxes da KTF e tour pelo grid de largada, R\$ 2.200; **Experiência 3:** Assistir as corridas dos boxes da KTF e tour pelo grid de largada, R\$ 2.200; **Experiência 4:** Tour pelo grid, visitação aos boxes e par de ingressos, R\$ 900. Mais informações: <https://play.forcause.com.br/stock-car-velocitta/>

Exército reduz militares aquartelados após desvio de armas em SP

Disponibilizado R\$ 10 milhões para beneficiar projetos culturais

Com o objetivo de suprir a demanda de projetos culturais que buscam a captação de recursos ainda neste ano, a Prefeitura anuncia a disponibilização de R\$ 10 milhões para o PROMAC (Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais). Até o momento, foram captados R\$16.900.000,00 pelo programa em 2023. Com o aquecimento do setor, o montante será disponibilizado para beneficiar mais ações desta área pela cidade, em diversas linguagens artísticas.

O anúncio da suplementação foi feito durante a 1ª Reunião Executiva com incentivos, realizada na última segunda-feira (16), na Associação Comercial de São Paulo, pela secretária municipal de

Cultura, Aline Torres. Durante o evento foram explicadas as regras do programa e saídas dúvidas sobre o incentivo fiscal.

“O novo edital do PROMAC vem com um corpo diferente, para que consigamos ter, cada vez mais, projetos ocupando a cidade como um todo e para que os patrocinadores possam se ver nesse lugar”, afirmou Aline Torres.

Nesta edição de 2023, cujas inscrições terminaram em 11 de setembro, foram inscritos 524 projetos. A partir das aprovações, os produtores já podem sair em busca de um incentivador interessado em apoiar sua iniciativa cultural pelo programa, por meio do IPTU e ISS.

O Comando Militar do Sudeste informou que o Arsenal de Guerra de São Paulo, em Barueri, na Grande São Paulo, passou na terça-feira (17) da situação do estado de prontidão para sobreaviso, o que significa uma redução do efetivo da tropa aquartelada. “A investigação segue em curso e está sob sigilo”, disse o comando.

Pelo menos 480 militares permanecem aquartelados como medida administrativa, após a constatação de que 21 metralhadoras haviam sumido. Desse total, 13 são de calibre .50 - capazes de derrubar aere-

naves - e oito de calibre 7,62.

A falta do armamento foi notada no dia 10 de outubro durante uma inspeção do arsenal. Imediatamente, segundo o comando, foram tomadas todas as providências administrativas para apurar as circunstâncias do fato e instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM).

A tropa aquartelada está sendo ouvida como parte das investigações, com o objetivo de identificar dados relevantes para a investigação.

Os armamentos são inservíveis e estavam no arsenal, que é uma unidade técnica de manutenção,

responsável também por iniciar o processo desfazimento e destruição dos armamentos que tenham sua reparação inviabilizada.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo informou, por meio de nota, que as polícias Civil e Militar estão se esforçando para auxiliar na localização das armas, além de identificar e prender os autores do furto.

“Por meio do Muralha Paulista rede de segurança que interliga câmeras e radares, estão sendo analisados registros digitais sobre veículos e pessoas nas vias próximas e de acesso ao

local do crime com o objetivo de identificar alguma anormalidade de interesse policial”, informou a secretaria, acrescentando, no entanto, que o caso está sendo investigado pelo Exército.

Levantamento do Instituto Sou da Paz aponta que o sumiço das metralhadoras é o maior furto de armas do Exército desde 2009. O maior desvio até então ocorreu em 2009, quando sete fuzis foram roubados de um quartel em Caçapava, no Vale do Paraíba. Posteriormente, os sete fuzis foram encontrados. (Agência Brasil)

Prefeitura terá financiamento de R\$ 2,5 bilhões do BNDES para substituição de parte da frota por ônibus elétricos

Em reunião na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio de Janeiro na quarta-feira (18), o prefeito Ricardo Nunes recebeu a sinalização do presidente da entidade, Aloísio Mercadante, da aprovação do financiamento de R\$ 2,5 bilhões para viabilizar a aquisição de 1.600 veículos elétricos.

As tratativas com o BNDES para a liberação do empréstimo ocorrem desde o início deste ano e a aprovação deverá ser oficializada nesta quinta (19). “Estamos no Rio de Janeiro, no BNDES, para dar continuidade ao nosso processo de troca dos nossos ônibus a diesel por ônibus elétricos. A cada um real que usaremos para trocar o diesel pelo elétrico, ganharemos dois [reais] nos próximos 15 anos,

ou seja, teremos um ganho financeiro e um ganho ambiental de saúde e sustentabilidade muito importante”, destacou o prefeito.

Na próxima etapa, segue para a Secretaria do Tesouro Nacional e o contrato deve ser assinado dentro de um mês. “Amanhã estamos aprovando R\$ 2,5 bilhões para o município de São Paulo, que vai pagar a diferença das operadoras entre a compra de ônibus a diesel e ônibus elétricos, nós vamos acompanhar, verificar os custos, fazer com todo o cuidado, para que esse recurso chegue na ponta e beneficie sobretudo os passageiros”, disse Mercadante.

A meta do município é chegar a 20% da frota de ônibus movidos a energia sustentável até o fim de 2024. Serão 2.400 veículos e os números da ci-

dade de São Paulo também levarão o Brasil aos primeiros postos do ranking mundial da eletrificação de sua frota de ônibus, atrás apenas da China, e a maior frota de ônibus movidos a energia limpa da América Latina.

O projeto de eletrificação da Prefeitura de São Paulo foi elogiado por Mercadante, que ressaltou a importância da substituição da frota por veículos a bateria, pois eles não emitem gás carbônico, não produzem ruídos e terão tecnologias que aumentam o conforto, como wi-fi e refrigeração.

“É a maior operação do Brasil e seguramente estamos fazendo história hoje, inaugurando esse novo capítulo do transporte público - elétrico, ecológico, sustentável e que vai dar um ganho financeiro muito grande para o município

a longo prazo, porque o custo de operação é de 25 mil reais para a Prefeitura e com o elétrico a manutenção do ônibus e vai cair para 5 mil reais, então são 20 mil reais de economia por mês de cada ônibus”, disse.

Para viabilizar o plano municipal de substituição gradual da frota de ônibus movidos a diesel para veículos elétricos, além do empréstimo com o BNDES, a Prefeitura obteve a confirmação de crédito externo de cerca de US\$ 500 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Mundial (BIRD). Além da captação internacional de recursos, a Prefeitura deve assinar em breve operações de crédito com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, totalizando um valor de R\$ 3,25 bilhões.

Servidor municipal com deficiência pode ter redução da jornada de trabalho de até 50%

A Prefeitura de São Paulo regulamentou o Decreto nº 62.835/23, que dá direito ao servidor e servidora com deficiência ou que tenham cônjuge, companheiro, companheira, filhos ou outros dependentes com deficiência solicitarem horário especial de trabalho, desde que seja comprovada a necessidade por junta médica.

O horário especial compreende a diminuição em até 50% da jornada de trabalho semanal a que estiver submetido o servidor ou servidora. A solicitação do horário especial deve ser feita mediante um requerimento endereçado à sua chefia imediata do servidor(a) e de uma ava-

liação de uma junta médica designada pela Coordenadora de Gestão da Saúde do Servidor (COGESS), da SEGES.

Ao todo, a Prefeitura conta com quase 800 servidores com deficiência. Os servidores que tiverem esse benefício não poderão exercer qualquer tipo de atividade remunerada no período de redução de sua jornada de trabalho e também deverão informar quaisquer mudanças da flexibilização do horário, como alteração de unidade ou horário de trabalho.

Os que optarem pelo horário especial não poderão ser convocados para a realização de jornadas especiais, plantões e ho-

ras suplementares. Também não será concedido auxílio-refeição, caso o horário especial de trabalho acarretar o cumprimento de jornada semanal inferior a 30 horas.

A elaboração do decreto partiu de uma ação conjunta entre as secretarias municipais da Pessoa com Deficiência (SM-PED) e Gestão (SEGES) e com a colaboração de outras pastas. A regulamentação foi publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (16).

A secretária municipal da Pessoa com Deficiência, Sílvia Grecco, destacou a importância do decreto para a melhora da qualidade de vida dos servido-

res. “Tenho certeza de que todos aqueles que serão contemplados ficarão muito felizes, pois esse decreto vem atender os anseios e necessidades.”

Para a secretária municipal de Gestão, Marcela Arruda, a publicação deste decreto representa o trabalho contínuo que a atual gestão tem desempenhado na valorização das pessoas. “A cada passo que damos, desde a abertura de novos concursos públicos até a regulamentação de um horário especial, estamos cuidando das pessoas para que elas possam trilhar seu desenvolvimento no setor público. Com isso, toda a sociedade ganha.”

São Paulo lança programa de endereçamento rural e tecnologia e segurança para o campo

O Programa Rotas Rurais, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), será um dos temas debatidos durante o 9º Encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), que acontece entre os dias 19 e 21 de outubro, na cidade de São Paulo. O projeto leva cidadania ao campo com um grande ganho social através do estabelecimento de mapas, rotas e localização das propriedades.

O endereçamento rural digital funciona como um CEP rural personalizado. O trabalho já atingiu 291 mil propriedades rurais no Estado de São Paulo e mais de 57 mil quilômetros de vias rurais foram mapeadas.

O Rotas Rurais tem como objetivo levar cidadania à população rural, reduzindo seus cus-

tos por meio da otimização da logística de distribuição de alimentos. Recentemente, essa iniciativa pioneira ganhou o prêmio “Excelência no uso de Location Intelligence na Gestão Pública”, durante o Gov Summit 2023, realizado em Brasília. E, em breve, o governador Tarcísio de Freitas vai sancionar o programa como endereçamento oficial da zona rural do Estado de São Paulo.

Além do Rotas Rurais, ações integradas para redução e desperdício de alimentos também são pontos importantes a serem debatidos pelo Grupo Temático da Agricultura. Vale ressaltar que as boas práticas são focadas na diminuição das perdas dos alimentos e na otimização da mão de obra e dos recursos financeiros de uma

maneira geral.

No âmbito dos alimentos, estão previstas, entre outras ações, a utilização de produtos próximos de vencimento, bancos de alimentos, separação de parcelas comestíveis de frutas e verduras parcialmente danificadas, processamento de resíduos alimentares e a não geração de lixo orgânico.

O objetivo das ações integradas para o setor de mão de obra são: treinamento, especialização, educação para reduzir perdas no processo produtivo, desde o transporte, manuseio até a embalagem final, principalmente de alimentos sensíveis e de curta durabilidade.

Todas essas práticas resultam numa melhor performance da área financeira. Com os recursos adequados nos quesitos

acima, é possível remunerar adequadamente a produção alimentar, avaliar custos de cadeias produtivas e desonerar as mesmas com o intuito de não desperdiçar recursos com dejetos orgânicos.

E, por último, a criação de uma central de atendimento digital para produtores rurais e assentados para prestação de assistência técnica e extensão rural, e uma central que visa facilitar a emissão de documentos e certificados dos agricultores.

Mais informações e inscrições para as equipes de governos: <https://www.cosud.sp.gov.br/>. Os interessados devem se inscrever primeiro no site acima e, já com sua inscrição confirmada no e-mail, poderão baixar e acessar o APP do Cosud em seu celular.



CÂMARA (São Paulo)
Uma coisa é o que era o PSB, somente com o histórico professor e vereador Eliseu Gabriel. Outra coisa é o que vai ser a bancada do PSB, com a chegada do histórico advogado (OAB - SP de 2016 a 2018) Adriano Santos ...

PREFEITURA (São Paulo)
Uma coisa é o ex-vereador Ricardo Nunes (no PMDB - hoje de novo MDB) desde seus 18 anos. Outra coisa é o ex-vice prefeito do Bruno Covas (PSDB) ser agora 'o cara' que levantará seu vice na campanha por reeleição 2024

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputado e ex-presidente Barros Munhoz (de volta ao PSDB desde 2022) recebeu - do colega e atual presidente André Santos (PL) o Colar de Honra ao Mérito, maior honraria do parlamento paulista. Barros foi surpreendido

GOVERNO (São Paulo)
Uma coisa é o governador Tarcísio (Republicanos) seguir sendo leal ao ex-presidente Bolsonaro (PL) e ao prefeito paulistano Nunes (MDB). Outra coisa é o que vai rolar entre demais prefeitos nas eleições municipais em 2024

CONGRESSO (Brasil)
Uma coisa era candidatura do deputado Boulos (PSOL) à prefeitura de São Paulo, antes do grupo Hamas matar, estuprar e sequestrar famílias de judeus de Israel (leia-se guerra na faixa de Gaza - Palestina). Outra coisa será 2024

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Uma coisa foi o governo Lula (dono do PT) e parte da diplomacia brasileira achar que implantaria plano de paz na ONU. Outra coisa foi não combinar com os 5 países cujo voto contrário de apenas 1 mata até os milagres

PARTIDOS (Brasil)
Uma coisa é o PL do político profissional e deputado federal Antonio Carlos Rodrigues negociar com prefeitura paulista e governo paulista em relação ao apoio pela reeleição do Ricardo Nunes (MDB). Outra coisa são os que 'se acham' mas não serão achados

JUSTIÇAS (Brasil)
Uma coisa é o que consta das milhares de páginas ao final das Comissões Parlamentares de Inquérito nas Casas Legislativas. Outra coisa é o que vai ser examinado e julgado em função dos fatos consumados e não de 'filosofias'

ANO 31
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por ter se tornado referência das liberdades que DEUS nos deu

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822
CEP: 01332-030 Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR
Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50
Jornalista Responsável Maria Augusta V. Ferreira Mtb. 19.548
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Orçamento de 2024 cresce em áreas sociais, mostra levantamento

Em análise pelo Congresso, o projeto do Orçamento de 2024 apresentou crescimento em quase todas as áreas sociais. A constatação é de levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que analisou oito segmentos: educação; meio ambiente e clima; indígenas; quilombolas; mulheres; crianças e adolescentes; habitação e cidades; e energia.

As áreas de igualdade social e de habitação voltarão a receber recursos após quatro anos sem orçamento do governo federal. A análise considerou tanto o orçamento de ministérios quanto a verba de programas específicos.

Beneficiada pela recomposição do limite mínimo de gastos com o novo arcabouço fiscal, a educação terá orçamento de R\$

162 bilhões, alta de 24% em relação a 2023. A verba para o ensino superior subirá 17,15%, e a dotação para a merenda escolar aumentará 38%. Em relação às cidades, os gastos marcados com a função urbanismo dobrarão na comparação com 2023.

Beneficiados pelo remanejamento de cerca de R\$ 400 milhões no Orçamento do próximo ano, os ministérios ligados às áreas sociais, que não existiam no governo anterior, terão expansão em vários programas. A verba para a saúde indígena subirá 74% no próximo ano, assim como o orçamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que terá reforço de 18%.

Mesmo com o aumento em programas sociais, o Inesc considera o avanço menor que o ide-

al, diante do retrocesso em políticas públicas no governo anterior. "Apesar do acréscimo em quase todas as áreas da agenda de atuação do instituto, a organização alerta que os valores ainda são insuficientes para resolver o enorme déficit social vivido no país após o desmonte de políticas públicas nos quatro anos do governo Bolsonaro", destaca o relatório.

Emendas e arcabouço

O projeto do Orçamento de 2024 prevê aumento de R\$ 96 bilhões em receitas em relação a 2023. Desse total, R\$ 62 bilhões decorrem da correção pela inflação e R\$ 32 bilhões do crescimento na arrecadação de tributos. A maior parte da arrecadação (52,1% ou R\$ 87,8 bilhões) será destinada a

pagar os juros da dívida pública. O que sobra fica dividido entre os demais gastos da administração pública e as emendas parlamentares.

Em relação às emendas parlamentares, o valor passará de R\$ 38,8 bilhões em 2023 para R\$ 37,3 bilhões em 2023. Mesmo com a redução de R\$ 1,1 bilhão, o Inesc considera o valor expressivo. "As emendas concentram valores altos, uma demonstração do forte controle que o Congresso Nacional possui sobre o Orçamento", advertiu o Inesc.

O estudo também manifesta preocupação com o limite de gastos instituído pelo novo arcabouço fiscal, que restringe o crescimento real (acima da inflação) das despesas a 70% do crescimento real das receitas.

Segundo o instituto, como todos os gastos da educação, com exceção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), estão dentro do novo arcabouço, pode haver o subfinanciamento de outras áreas dentro da educação para cumprir os limites.

Diminuição

A única área social com redução no Orçamento foi o meio ambiente, cuja verba cairá de R\$ 4,3 bilhões em 2023 para R\$ 3,6 bilhões em 2024. A diminuição, no entanto, deve-se à migração da Agência Nacional de Águas (ANA) para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Outros programas terão elevações expressivas,

como o Fundo Nacional de Meio ambiente, com volume 77,7% maior que o do ano anterior, e o Fundo Amazônia, que terá R\$ 600 milhões.

Em relação à energia, o Inesc constatou que os recursos para dois programas voltados ao estudo da matriz energética ficaram estáveis. A dotação para o Programa Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis subirá apenas 1,71%, enquanto a verba para o Programa Energia Elétrica cairá 1,6%. Segundo o Inesc, o projeto do Orçamento de 2024 mostra poucos avanços em direção à transição energética com justiça socioambiental e traz retrocessos, à medida que o incentivo à geração de eletricidade renovável foi eliminado. (Agência Brasil)

Governo reinstala Conselho Nacional de Economia Solidária

O governo federal reinstalou, na quarta-feira (18), o Conselho Nacional de Economia Solidária, após cinco anos de atividades paralisadas. Uma das metas do colegiado é organizar a quarta conferência nacional e trabalhar em um marco regulatório do setor, com ações de fortalecimento da economia solidária.

Para a conselheira Francisca da Silva, representante de Minas Gerais, os empreendimentos de economia popular e solidária precisam ser beneficiados com menos tributos. Segundo ela, o setor pode se desenvolver tão bem quanto o mercado formal, com o diferencial da "valorização do ser humano".

"Nós somos registrados como microempresa, tem outro que foi registrado como MEI, microempreendedor individual, para ficar no mercado, porque senão a gente não vive, nós precisamos de capacidade de emitir nota fiscal. Mas o Simples Nacional ainda é muito ruim pra gente. E aqueles que não podem formalizar? E aqueles que não conseguem? As cooperativas estão muito caras", disse durante o evento de reinstalação do conselho, em Brasília.

O Simples Nacional é o nome dado ao sistema de tributação simplificada criado em 1996 para facilitar o recolhimento de contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte.

Francisca cobrou ainda um posicionamento político do governo sobre o setor. "A gente fala de empreendedorismo solidário, de cooperativismo solidário, mas eu quero ouvir o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, falar lá de economia solidária", disse.

Ela contou sobre o encontro que teve com o presidente Lula, em que ele falou sobre a busca de recursos para o setor. "Eu falei: não presidente, eu quero é lei. Nós queremos é uma diretriz. Recurso passa, programa passa, lei não. Por mais capenga que ela fique, ela está ali", destacou.

A economia solidária expressa um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo de produtos e serviços que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas. Ela é centrada na valorização da colaboração e do ser humano e não do capital, visando relações mais justas do ponto de vista social e sustentáveis pelo lado econômico e ambiental.

São exemplos de empreendimentos de economia solidária as cooperativas de reciclagem, grupos de agricultura familiar, empresas cooperativas de crédito, coletivos ecológicos e pequenos e médios produtores de alimentos orgânicos.

"Nós sobrevivemos e fomos nos formando para essa economia solidária, em que não vamos no Sine, Sistema Nacional de Emprego, e nem nas portas das empresas procurar emprego, e, no entanto, estamos aquecendo a economia do país com nossos produtos, serviços e saberes", destacou a conselheira Francisca da Silva.

Atividades

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi criada em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, a partir da atuação do economista e professor Paul Singer, falecido em 2018, que inseriu a pauta da economia solidária no contexto governamental.

O Conselho Nacional de Economia Solidária, que não se reúne desde 2018, é composto por representantes do governo, das iniciativas econômicas solidárias, das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais, totalizando 56 membros. O atual secretário da Senaes e presidente do conselho é Gilberto Carvalho, ex-ministro do governo de Dilma Rousseff.

Ele vai comandar a reunião de dois dias do conselho, hoje e

amanhã, para apresentação do balanço da Senaes e planejamento para os próximos anos, discussão dos preparativos para a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, calendário dos próximos encontros e encaminhamentos.

A conferência deve ocorrer até junho de 2024.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou do evento de reinstalação do conselho e defendeu a necessidade de parceria com o Congresso Nacional para fortalecimento da economia solidária, tanto com propostas legislativas para o setor quanto na destinação de emendas parlamentares para projetos locais.

"As emendas parlamentares diminuem muito a capacidade do Executivo no planejamento do orçamento, de determinar o orçamento maior, mais robusto para essa ou aquela área, inclusive para a economia solidária. Portanto, temos que construir relações e a partir das emendas parlamentares fazer e elevar o nosso orçamento. É plenamente possível, não depende só da equipe do Gilberto e da equipe do Gilberto aqui na secretaria, depende muitas vezes de cada um de vocês, lá no território, no seu estado, de procurar construir uma relação que possa exigir, como direito absoluto da economia solidária, participar mais do orçamento da República, do estado, do município", disse.

O ministro destacou que o governo tem compromisso com um marco legal para o setor, mas reafirmou o papel e a participação do Parlamento nessa discussão.

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.606/2019 que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), além de regulamentar empreendimentos desse tipo.

A proposta já passou pelo Senado e aguarda análise da Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania da Câmara para depois seguir para votação no plenário da Casa.

"A nossa missão não era simplesmente que a empresa que eventualmente estivesse falindo fosse reconstruída em uma cooperativa, estimular o nascimento de cooperativas solidárias ou que pudéssemos, a partir da economia solidária, criar oportunidades. Nós temos que pensar grande, quando o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] for falar do PIB [Produto Interno Bruto], dizer que a economia solidária representa x por cento da economia nacional. Portanto, não é o debate do coitado, da coitada, nós queremos participar ativamente da construção da riqueza nacional do Brasil. Esse é o lugar da economia solidária", afirmou Luiz Marinho.

Chica da Silva

Em seu discurso, a conselheira Francisca da Silva, conhecida como Chica da Silva, destacou a importância da economia solidária para resgatar mulheres vítimas de violência doméstica. Ela contou como sobreviveu a um casamento violento e como conquistou sua independência financeira.

"Eu vou falar de mim, porque falar de mim eu falo de tudo. Uma mulher negra, dez anos de cárcere privado, 88 pontos no rosto, 15 perfurações de dentadas no seio esquerdo, dois abortos obrigatórios, um natimorto, três filhas, sobrevivi fazendo conserva com aquilo que iria para o lixo e que os sacolões me davam", disse ela, contando ainda que, assim como as filhas, conquistou o ensino superior.

"Igual a Chica tem várias Chicas por aí, porque a violência contra mulher ela cresce a cada momento. Mas sobrevivemos nos juntando na economia solidária para gerar renda", disse.

Em Minas Gerais, Francisca atua em um empreendimento de mulheres chamado Buffet Amigos de Chica, na área de alimentação. (Agência Brasil)

Vendas no comércio recuam 0,2% em agosto, diz IBGE

As vendas no comércio brasileiro recuaram 0,2% em agosto na comparação com julho. O dado faz parte da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na quarta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por ser bem próximo de zero, o resultado é considerado estável.

Dos oito meses apurados este ano, foram quatro de estabilidade e três de volatilidade de baixa, explica Cristiano Santos, o gerente da pesquisa. "A leitura para agosto é estável, após um alta de baixa amplitude (0,7%) em julho", aponta.

Em relação a agosto de 2022, o volume de vendas cresce 2,3%. No acumulado de 12 meses, a alta é de 1,7%.

Metade dos oito setores pesquisados teve números negativos: outros artigos de uso pessoal e doméstico (-4,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (-3,2%), móveis e eletrodomésticos (-2,2%) e tecidos, vestuário e calçados (-0,4%).

Crise nas varejistas

"Ao longo do ano, até agosto, grandes cadeias de lojas vivem crises contábeis e estão passando por redução no nú-

mero de lojas", cita Cristiano Santos para contextualizar a queda nas vendas.

Na outra ponta, ficaram no azul os setores hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,9%), combustíveis e lubrificantes (0,9%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (0,2%), e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,1%).

Desaceleração da inflação

Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentaram a terceira alta seguida. "Isso tem a ver com a desaceleração da inflação na parte alimentícia. O efeito da inflação acaba tendo impacto na atividade, com maior renda para o consumidor adquirir produtos", avalia o pesquisador do IBGE.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, as vendas recuaram 1,3% na comparação com julho, mas apresentaram crescimento de 2,7% no acumulado de 12 meses. (Agência Brasil)

Supremo chega a 12 condenados por atos golpistas de 8 de janeiro

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, por maioria, mais seis réus por envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas. Com isso, chega a 12 o número de condenados com relação ao episódio.

Todos foram denunciados pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. O julgamento virtual foi finalizado às 23h59 de terça-feira (17).

Os condenados foram Reginaldo Carlos Begiato Garcia (SP), Claudio Augusto Felipe (SP), Jaqueline Freitas Gimeenez (MG), Marcelo Lopes do Carmo (GO), Edineia Paes da Silva Dos Santos (SP) e Jorge Ferreira (SP).

Ao final, prevaleceu o entendimento do relator, ministro Alexandre de Moraes, que votou pela condenação de cada um pela pena de 17 anos de prisão, com exceção de Jorge Ferreira, que recebeu sentença de 14 anos.

Acompanharam Moraes os ministros Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux. Os ministros Cristiano Zanin e Edson Fachin divergiram em parte, aplicando penas mais

brandas, enquanto os ministros Luís Roberto Barroso, André Mendonça e Nunes Marques divergiram em maior extensão, absolvendo os réus de alguns dos crimes imputados.

As diferenças nas penas ocorrem por que elas são calculadas pelos ministros com base na análise individualizada da conduta dos réus. Nessa leva, a maior parte dos condenados foi presa no interior do Palácio do Planalto. Somente Reginaldo Garcia foi preso dentro do plenário do Senado.

Ao todo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou cerca de 1,4 mil denúncias relativas ao 8 de janeiro. A grande maioria diz respeito aos militantes bolsonaristas presos em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

Nesse caso, acusação foi mais branda, de associação criminosa e incitação à animosidade das Forças Armadas contra os Poderes instituídos, e Moraes autorizou o Ministério Público Federal (MPF) a fechar acordos para encerrar o caso.

150 brasileiros aguardam ser repatriados do Oriente Médio

O Brasil retirou da região do conflito no Oriente Médio um total de 1.137 brasileiros por meio da Operação Voltando em Paz, iniciativa do governo brasileiro para trazer nacionais que desejam sair da zona de guerra. Outros 150 brasileiros continuam na região no aguardo da repatriação: 120 em Israel e cerca de 30 na Faixa de Gaza.

Foram seis voos desde o dia 10 de outubro, sendo que o último, com 221 brasileiros, deixou a área de conflito e deve chegar ao país na madrugada da quinta-feira (18).

"Com isso, nós encerramos

a primeira fase da maior operação de repatriação de brasileiros em zona de conflito, excluída, portanto, a pandemia, desde 2006", relatou o ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira na quarta-feira (18), em Brasília, em entrevista à imprensa.

Vieira destacou que a operação disponibilizou veículos para transportar os brasileiros das áreas centrais de Jerusalém e Tel Aviv até o aeroporto e que toda operação foi acompanhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, o Itamaraty aguarda a

possibilidade de retirar os brasileiros da Faixa de Gaza, alvo dos bombardeios diários de Israel. "O presidente Lula falou com o presidente do Egito, El-Sissi, eu falei ontem com o ministro do Exterior do Egito pedindo o apoio para que os brasileiros possam ser evacuados assim que essa passagem for aberta", informou o ministro.

Dois aeronaves, um KC-390 e um KC-30, estão de prontidão, uma em Roma, na Itália, e outra no Rio de Janeiro, para trazer mais brasileiros, "em virtude das listas estão sendo compostas pela nossa Embaixada", relatou

o comandante da Aeronáutica, Marcelo Damasceno. Há ainda 15 estrangeiros de países latino-americanos, da Bolívia, Argentina, Uruguai e Paraguai, que solicitaram ajuda ao Brasil para deixar a região da guerra.

"Evidentemente, foi dada preferência nos primeiros voos aos cidadãos brasileiros. Mas estamos programando que, no último voo dessa primeira fase, se possa transportar 15 estrangeiros ainda interessados em voltar ao Brasil e daqui para seus países", afirmou o ministro Mauro Vieira. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Acordo busca aprimorar políticas sobre direitos humanos no BNDES

Classificação da Mata Atlântica em Goiás define uso e conservação

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabeleceu critérios para definir as vegetações primária e secundária de regeneração da Mata Atlântica no estado de Goiás. A medida publicada na quarta-feira (18) no Diário Oficial de União regulamenta a Lei da Mata Atlântica (11.428/2006) que trata da preservação e do uso dos recursos do bioma.

No documento foram descritos os parâmetros para identificar os estágios de regeneração do bioma, conforme a fisionomia da vegetação, as espécies predominantes, a altura e o diâmetro das árvores, existência de algumas vegetações específicas, como as que dependem de outras espécies para existirem.

Esses estágios ajudam a definir se a região mantém a vegetação primária, ou se a vegetação é secundária – quando sofreu algum tipo de interferência, como corte raso,

queimada, uso da agricultura ou de pastagem para pecuária.

A depender do estágio de regeneração das florestas secundárias, define-se como o bioma deve ser tratado, se seus recursos podem ser consumidos, ou devem ser preservados.

Na resolução do Conama foram descritos os três estágios – inicial, médio e avançado – tanto da Floresta Estacional Decidual, que é um ecossistema caracterizado por duas estações, seca e chuva abundante; quanto da Floresta Estacional Semidecidual, que ocorre em regiões menos úmidas e em ambiente semiárido.

Com a definição ficam estabelecidos os critérios para que as autoridades ambientais possa conceder, no estado de Goiás, autorizações de corte, supressão e exploração da vegetação conforme os casos previstos na Lei da Mata Atlântica. (Agência Brasil)

Governo lança plano para ampliar serviços de rádio e televisão

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, anunciou na quarta-feira (18) novas medidas para ampliar e aprimorar os serviços no setor de rádio e televisão em todo o país. O Plano Nacional do Outorgas de Retransmissão de TV Digital foi assinado durante a 2ª edição do Radiodifusão 360, em Brasília. Com a política pública, a pasta busca aumentar a oferta e zerar o estoque de mais de 9,6 mil pedidos pendentes em mais de 2,5 mil municípios.

Durante o evento, também foi lançada a portaria de outorgas para o Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), com diretrizes para o novo plano. Os sinais das estações geradoras poderão ser recebidos em municípios com condições técnicas inadequadas, o que vai ampliar a cobertura de televisão em regiões de difícil alcance.

Outra medida é a permissão de concessão para pessoas jurídicas constituídas como sociedade limitada unipessoal, empresas formadas por uma só pessoa, sem sócios. Segundo Juscelino Filho, a permissão foi possível após estudo que apontou a viabilidade jurídica do novo modelo de outorga. “A revisão do parecer superou o entendimento anterior e reconheceu a possibilidade jurídica de obtenção” explicou.

Foram apresentadas as iniciativas contempladas pelo 1º edital de capacidade ociosa de infraestrutura do Programa Digitaliza Brasil, que permitirá a ocupação desses espaços pelos si-

nais das concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens nos municípios. De acordo com o ministro, mais de 100 projetos foram contemplados.

Um decreto de migração das rádios, que permitirá a adaptação das outorgas do serviço de radiodifusão sonora de ondas curtas e tropicais para faixa estendida de FM. As adaptações garantem maior qualidade de transmissão, redução de custos e acesso às rádios por meio de celulares e outros aparelhos móveis, por exemplo. “O decreto já deve estar sobre a mesa do presidente Lula para a assinatura e deve ser publicado em breve”, garantiu.

Para o ministro, as ações possibilitam o fortalecimento da radiodifusão, tornando o setor cada vez mais competitivo e justo para enfrentar a desinformação. “É um setor responsável e regulado, que tem responsabilidade sobre si e que busca a cada dia passar uma informação confiável à sociedade brasileira.”

Serviço Público

Outro serviço apresentado é a ferramenta eletrônica que busca aproximar a população dos serviços públicos prestados pela pasta. O Módulo de Peticionamento e Intimação Eletrônicos permitirá a abertura de processo, o uso de procurações e o envio de intimações eletrônicas oficiais por meio de um sistema que será disponibilizado na internet. (Agência Brasil)

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, assinou na quarta-feira (18) um acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando ao aprimoramento das práticas de governança e defesa dos direitos humanos do banco.

O acordo promoverá o compartilhamento, entre os dois órgãos, de informações, experiências e metodologias, visando à

adequação e ao aperfeiçoamento das políticas de governança em direitos humanos do banco.

Os objetivos deverão contemplar ainda a adequação das políticas de governança do BNDES à perspectiva de comprometimento com a promoção, defesa, garantia e não violação a direitos humanos em observância e conformidade ao ordenamento jurídico nacional e internacional sobre direitos humanos.

O ministro disse que não há política de direitos humanos sem desenvolvimento e destacou a importância da governança voltada aos direitos humanos nas empresas. “Essa parceria com o BNDES é a possibilidade que nós podemos fazer essa junção entre uma agenda empresarial de desenvolvimento do país com uma agenda dos direitos humanos vistos pela perspectiva das pessoas que mais têm e tiveram

a sua humanidade negada”, afirmou Almeida.

“Nós precisamos ser um banco que respeita a diversidade, um banco comprometido com os direitos humanos. A primeira preocupação do banco é liderar pelo exemplo, é internamente nós mudarmos procedimentos, práticas e abrimos espaços para que sistemas possam se apresentar e evoluir”, afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. (Agência Brasil)

Empresas do Paraná com participação do Estado figuram entre as 500 maiores do Sul

Empresas do Paraná com participação do Governo do Estado figuram novamente em destaque no ranking anual das 500 Maiores Empresas do Sul do Brasil. O levantamento feito pela Grupo Amanhã e a PwC Brasil há 33 anos é considerado o mais importante estudo deste tipo na região, com análise de 28 segmentos a partir de diferentes indicadores econômicos, como receita líquida, patrimônio, capital de giro e capacidade de endividamento.

O ranking completo das 500 maiores do Sul e das 100 maiores de cada estado podem ser consultados no site do Grupo Amanhã.

O bom resultado das empresas paranaenses foi comemorado pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior, ao afirmar que eles demonstram como a política que alia investimentos públicos, atração de novas indústrias e gestão fiscal séria e eficiente dá resultado. “Com um ambiente de negócio propício, as empresas podem investir mais, gerando mais empregos e renda para a população paranaense”, afirmou.

A primeira empresa estadual que aparece no ranking é a Copel, que ocupa a 5ª posição no ranking geral, sendo a primeira na categoria energia. O presidente da companhia, Daniel Slaviero, reitera que a empresa tem trabalhado incansavelmente para se tornar cada vez mais eficiente e sustentável, com foco no cliente. “Recentemente, concluímos a transformação da Copel em uma corporação de capital disperso, o que vai contribuir para a empresa aumentar a eficiência na alocação de capital, melhorar a produtividade de suas operações, reduzir custos e se tornar um ator cada vez mais relevante no setor de energia”.

A Sanepar, na 19ª colocação, é a segunda empresa paranaense e a primeira entre aquelas categorizadas como Serviços Públicos. Também aparecem na lista o BRDE (61ª), a Fomento Paraná (110ª), a Portos do Paraná (207ª), a Cohapar (227ª), a Celepar (350ª) e a Ferroeste (459ª).

O diretor de Governança e Gestão Estratégica da Celepar, John Fabio Juskas Neves Filho, representou a empresa na premiação na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERSGS), em Porto Alegre, na terça-feira (17). A companhia

foi a líder no segmento de tecnologia entre as empresas públicas.

“Estar nesse ranking é um orgulho para todos nós. A Celepar vai fazer 60 anos no ano que vem e, ao longo desse período todo, tem sido uma empresa pioneira em usar tecnologia a serviço da sociedade. Com o nosso apoio, hoje o Paraná é um dos estados mais modernos do país”, disse Neves Filho.

Para o presidente da Cohapar, Jorge Lange, a presença da empresa no ranking regional é um reconhecimento ao trabalho que vem sendo feito pela equipe técnica para o desenvolvimento de novos programas habitacionais, que se tornaram uma referência nacional para o setor de habitação popular.

“Hoje, mais de 63 mil famílias de todo o Estado estão sendo atendidas pelo programa Casa Fácil Paraná, que tem servido de inspiração para a criação de novas políticas habitacionais por outros estados e municípios”, disse Lange. “Figurar entre as maiores empresas do Sul do País é um motivo de orgulho para a diretoria e todos os funcionários envolvidos neste tra-

balho”, acrescentou o presidente da Cohapar.

Na avaliação do diretor-financeiro do BRDE no Paraná, Wilson Bley Lipski, o ranking reflete o novo posicionamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. “O BRDE propõe um diálogo aberto com a sociedade e o comprometimento da nossa equipe de colaboradores em incrementar o relacionamento com nossos parceiros. Nossa inspiração e desafio constantes estão conectados com o desenvolvimento social e econômico e a sustentabilidade”.

No total, 165 empresas do Paraná entre públicas e privadas aparecem no ranking regional. Entre as 100 maiores do Estado, quem lidera é a Copel, com destaque para as cooperativas Coamo (2ª colocação), Lar (5ª), C.Vale (6ª) e Cocamar (10ª), além de grandes indústrias como a Klabin (3ª colocação), Renault (8ª), Gazin (12ª) e Electrolux (13ª). A Rumo, do setor de transporte e logística, está na 9ª colocação, enquanto a Itaipu Binacional, que gerencia a maior usina do em produção de energia, aparece na 7ª posição. (AENPR)

CPMI do 8 de janeiro pede indiciamento de Jair Bolsonaro

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro aprovou na quarta-feira (18) o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais 60 pessoas, todos acusados de tentativa de golpe de Estado durante a invasão das sedes dos Três Poderes.

Com 20 votos a favor e 11 contrários, o colegiado aprovou o relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA). Houve uma abstenção.

Entre os indiciados estão o

ex-presidente Jair Bolsonaro; os generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Luiz Eduardo Ramos, Paulo Sérgio Nogueira, Marco Antonio Freire Gomes, Ridauto Lúcio Fernandes, Carlos Feitoso Rodrigues e Carlos José Penteado; o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos; o tenente-coronel Mauro Cid; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques.

O relatório pede que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja

indiciado pelos crimes de associação criminosa; tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito; tentativa de depor governo legitimamente constituído; e emprego de medidas para impedir o livre exercício de direitos políticos.

Eliziane Gama incluiu, também, o nome de diversos outros militares, policiais rodoviários federais e integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal, além de diversos suspeitos de terem financiado ou influenciado a tentativa de golpe de Estado, duran-

te os atos do 8 de janeiro.

“A democracia foi atacada. Massas foram manipuladas com discursos de ódio. Milicianos digitais foram empregados para disseminar o medo, desqualificar adversários e promover ataques ao sistema eleitoral. Forças de segurança foram cooptadas. Tentou-se corromper, obstruir e anular as eleições. E usamos a liberdade de expressão para afogar a expressão”, afirmou Eliziane Gama, durante a leitura do documento. (Agência Brasil)

Focos de incêndio caem na região metropolitana de Manaus

Após o reforço no efetivo para combater incêndios na região metropolitana de Manaus, os focos de incêndio diminuíram, segundo o governador do Amazonas, Wilson Lima. Durante entrevista para apresentar balanço das ações emergenciais para combater a seca, no início da noite de terça-feira (17), Lima disse que foram registrados só nessa área 415 focos de calor, focos dentro dos dias 8 e 10 de outubro e que no período de 11 a 15 deste mês, as ocorrências caíram para 28.

“A gente tem um conjunto de situações, primeiro essa ação que se intensificou e também as chuvas que caíram nos últimos dias ajudaram a diminuir sensivelmente a questão desses focos de calor aqui na região metropolitana”, avaliou Lima.

Segundo o Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, de 12 de julho a 15 de outubro já

são 2.386 incêndios combatidos no estado, 1.691 no interior e sendo 695 na capital. Os focos de incêndio fizeram com que Manaus ficasse encoberta por uma nuvem de fumaça.

Ao apresentar o balanço, Lima também disse que se encontrará em Brasília, com o vice-presidente Geraldo Alckmin, juntamente com outros ministros para tratar da questão de estagiagem no estado.

Na terça-feira, a cota do Rio Negro chegou a 13,49 metros, a menor desde 1902, quando começaram as medições do volume das águas. O baixo volume do rio afetou a navegação de navios que transportam cargas de insumos para o comércio e fabricação de produtos na Zona Franca de Manaus (ZFM).

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) disse que empresas de navegação que possuem linhas

regulares para atender a zona produtora e a comunidade, já começaram a sentir os impactos da seca, especialmente sobre o transporte de produtos mais pesados, como alimentos (arroz, congelados e resfriados), cimento, metais, cerâmica, porcelanato e fertilizantes.

“As empresas apontam que a seca poderá impactar a navegação em 50%, ou seja, 50% do que deveria ser transportado deixará de ser durante este período. No pior cenário, em função da segurança, não será possível a navegação pelo Rio Amazonas”, disse a Abac.

Para reduzir o impacto, o governo federal anunciou a realização de obras de dragagem em trechos dos rios da região.

Segundo o governador do Amazonas, as obras de dragagem no trecho do Rio Amazonas, conhecido como Tabocal, próximo a Itacoatiara, localizado a

176 quilômetros de Manaus, terão início nos próximos dias.

Boletim atualizado da Defesa Civil do estado, mostra que a situação da seca no Amazonas levou 59, dos 62 municípios a decretar situação de emergência, um está em alerta (Canutama) e dois permanecem em situação de normalidade (Presidente Figueiredo e Apuí). Até o momento, 138 mil famílias foram afetadas e aproximadamente 557 mil pessoas.

“Com relação à ajuda humanitária, 40 mil cestas básicas estão entregues, em trânsito ou prontas para entrega pelo Governo do Amazonas, por meio da Defesa Civil, em parceria com Exército e Marinha. O Estado também segue com entrega de alimentos do Merenda em Casa, com mais de 2,2 mil kits já entregues”, informou o governo do Amazonas. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS. Expedido nos autos da Ação de Realização de Registro de Imóvel, Processo nº 1001694-2/2023, O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Douglas Inácio Raviacini, em nome de seu representante legal, comunicando a realização do Leilão de Imóvel, Vínis, Arte e Antiquidades, Osvaldo Aparecido Costi, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunicando que será realizado o Leilão de Imóvel, Vínis, Arte e Antiquidades, catálogo 37373 nos dias 19, 21 e 24 de outubro, no site www.gmleiloes.com.br Informações (11) 94435-0642 ou diretoriamleiloes@gmail.com

Leilão Livros, Vínis, Arte e Antiquidades, Osvaldo Aparecido Costi, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunicando que será realizado o Leilão de Imóvel, Vínis, Arte e Antiquidades, catálogo 37373 nos dias 19, 21 e 24 de outubro, no site www.gmleiloes.com.br Informações (11) 94435-0642 ou diretoriamleiloes@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004880-29.2023.8.26.0002 (01A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). JESSICA DE PAULA COSTA MARCELINO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A M. FORTUNATO CONSTRUÇÕES ME, CNPJ nº 26.683.762/0001-23, na pessoa de seus representantes legais, que Alvariz Fachin, ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Estando os réus em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias úteis supra, paguem o débito de R\$ 4.279,13 (03/2021), a ser atendida, sob pena de multa de 10%, além de honorários advocatícios, também de 10% (art. 523, § 1º, do CPC), bem como penhora e avaliação de bens. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N

EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010602-29.2023.8.26.0001 (01A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível do Estado de São Paulo, Dr(a) Douglas Inácio Raviacini, em nome de seu representante legal, comunicando a realização do Leilão de Imóvel, Vínis, Arte e Antiquidades, Osvaldo Aparecido Costi, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunicando que será realizado o Leilão de Imóvel, Vínis, Arte e Antiquidades, catálogo 37373 nos dias 19, 21 e 24 de outubro, no site www.gmleiloes.com.br Informações (11) 94435-0642 ou diretoriamleiloes@gmail.com

Lembre sempre de lavar as mãos